



Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 19 de fevereiro de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 92/20 – Proposta n.º 3/2020 - GAP - Código de Conduta do Município de Setúbal.**
 - 3. Deliberação 93/20 – Proposta n.º 4/2020 - GAP - Moção – Urgência de obras de requalificação da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Aranguez.**
 - 4. Deliberação n.º 94/20 – Proposta n.º 4/2020 - DCIRT/DITUR - Ratificação de assinatura de contrato de entidade colaboradora LISBOA CARD 2020/2021.**
 - 5. Deliberação n.º 95/20 – Proposta n.º 05/2020 - DCIRT/GAPE - Protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril no âmbito do projeto “SEANET” – Ratificação.**
 - 6. Deliberação n.º 114/20 – Proposta n.º 11/2020 - DOM – Empreitada “Requalificação Urbana e Mobilidade na Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de Dezembro” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público.**
 - 7. Deliberação n.º 115/20 – Proposta n.º 12/2020 - DOM – Empreitada “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e nascente” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso limitado por prévia qualificação.**
 - 8. Deliberação n.º 96/20 – Proposta n.º 32/2020 - DCDJ/DIJUVE – Fixação de preços de venda de ingressos no Museu do Trabalho Michel Giacometti para o Festival me n’ my LoopStation.**
 - 9. Deliberação n.º 97/20 – Proposta n.º 33/2020 - DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festróia – Film Fest**

10. **Deliberação n.º 98/20 – Proposta n.º 34/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD).**
 11. **Deliberação n.º 99/20 – Proposta n.º 35/2020 - DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração - Academia de Dança Contemporânea de Setúbal e a Associação Oridanza - Cultura em Movimento.**
 12. **Deliberação n.º 100/20 – Proposta n.º 36/2020 - DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinós”.**
 13. **Deliberação 101/20 – Proposta n.º 37/2020 - DCDJ/DICUL - Concurso Marchas Populares de Setúbal 2020.**
 14. **Deliberação n.º 102/20 – Proposta n.º 38/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Canoagem de Setúbal – Setúbal Cup.**
 15. **Deliberação n.º 103/20 – Proposta n.º 39/2020 - DCDJ/DIDES - Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Jiu Jitsu.**
 16. **Deliberação 104/20 – Proposta n.º 40/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 29.ª Rampa Pêquêpê Arrábida 2020.**
 17. **Deliberação n.º 105/20 – Proposta n.º 03/2020 - DES/DIAPE – Apoio financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (refeições, atividades de animação e de apoio à família) no ano letivo 2019/2020.**
 18. **Deliberação n.º 106/20 – Proposta n.º 04/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano 2019/2020.**
 19. **Deliberação n.º 107/20 – Proposta n.º 05/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2019/2020.**
 20. **Deliberação n.º 108/20 – Proposta n.º 06/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a realização de visitas de estudo referente ao ano 2019/2020.**
 21. **Deliberação n.º 109/20 – Proposta n.º 07/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a participação na 10.ª Edição do Festival de Música de Setúbal.**
 22. **Deliberação n.º 110/20 – Proposta n.º 08/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama – Projetos de percussão.**
 23. **Deliberação n.º 111/20 – Proposta n.º 09/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Azeitão, no âmbito do Projeto “Ciência na nossa Serra” 2019/2020.**
 24. **Deliberação n.º 112/20 – Proposta n.º 10/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro à APPACDM para edição de livro.**
 25. **Deliberação n.º 113/20 – Proposta n.º 11/2020 - DES/DIAPE - Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares.**
- C) Período destinado à intervenção do Público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu Gabinete e dos Departamentos de Administração Geral e Finanças, Comunicação e Imagem, Protocolo e Relações Públicas e



Urbanismo (incluindo licenciamentos), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 2 a 7.

- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Pedro Pina do mapa relativo aos despachos proferidos, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 9.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, no âmbito do Departamento de Educação e Saúde, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria colocar duas questões que eram mediáticas mas tinham pertinência. Quanto à primeira, a responsabilidade da Câmara Municipal era residual, mas gostaria de saber se a Sra. Presidente tinha alguma informação da Direção-Geral da Saúde, no que respeitava a algum procedimento que tivesse sido aconselhado ao Município, acerca do Coronavírus e, caso tivesse vindo alguma informação, se sabia se os Bombeiros Voluntários tinham estado, estavam ou poderiam vir a estar envolvidos em alguma ação de formação relativa a esse tema, uma vez que faziam transporte de doentes e seria normal que estivessem envolvidos ou informados e, também, no mesmo sentido, os Bombeiros Sapadores.

A segunda questão que queria colocar estava relacionada com uma reunião sobre o aeroporto do Montijo que tinha ocorrido naquele mesmo dia, entre o Governo português e alguns municípios, após uma “*novela*” significativa. Tinham sido convocados alguns municípios e gostaria de perguntar se o Município de Setúbal tinha sido contactado, ou não, para alguma reunião e se, caso não tivesse sido contactado, não considerava que deveria ter sido, tendo em conta que na DIA referente ao aeroporto do Montijo, emitida pela APA, estavam contemplados todos os pareceres de todos os municípios, entre os quais os da Moita e do Seixal, que tinham estado presentes na reunião, mas, também, o de Setúbal, em pé de igualdade com os outros, uma vez que a lei que fazia referência aos pareceres dos municípios referia que deviam ser ouvidos e deviam pronunciar-se e emitir parecer todos os municípios onde existisse impacto ambiental.

Como tinha ido visitar o parecer que tinha sido emitido pelo Município de Setúbal e, de facto, não expressava muito sobre o impacto ambiental - e também não cabia ao município quantificar, ou não -, queria perguntar se considerava que existia esse impacto ambiental no Município de Setúbal, se, porventura, tinha essa informação presente, porque, uma vez que existia, devíamos ser ouvidos e devia ser a Sra. Presidente a representar o município nessa matéria. Caso contrário, devia ficar esclarecido que o município não devia ser chamado, apesar de ter um parecer emitido. Essa era uma dúvida que se colocava sobre essa matéria e agradecia que a Sra. Presidente dissesse qual era a sua opinião ou a posição que já tivesse sobre ela.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que tinha pedido a palavra para informar que na semana anterior tinha decorrido uma reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar de Setúbal, de que fazia parte, cujo ponto principal da ordem de trabalhos tinha sido a obra de ampliação do Hospital de São Bernardo - tema que tinham discutido, debatido e sobre o qual

4

tinham deliberado na última reunião da Câmara -, para informar que as conclusões que se podiam retirar da reunião tinham sido as conclusões que o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar também tinha retirado, tendo decidido solicitar encontros com os responsáveis políticos da Saúde para colocar a questão da ampliação do Centro Hospitalar.

Queria aproveitar, também - apesar de não estar presente o Sr. Deputado Fernando José -, para perguntar aos senhores vereadores do Partido Socialista se já tinham a informação sobre qual era a rubrica que estava prevista no Orçamento do Estado relativamente à ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal e, pela informação que deveriam ter, para quando é que pensavam que estava previsto o lançamento do concurso da mesma.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria pedir um esclarecimento acerca do espaço do café do Parque do Bonfim, que estava encerrado. Gostaria de saber se a Sra. Presidente conhecia o motivo e se seria aberto novo concurso ou seria outra a razão do encerramento.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria fazer referência a dois acontecimentos, um já passado e outro que aí vinha. Que na sequência de uma visita da Governadora Nacional dos Rotários, tinha sido atribuído, pelos rotários, ao programa *“Nosso Bairro, Nossa Cidade”*, um prémio para 2020, o Prémio Rotary de Empreendedorismo Social.

O prémio ia ser entregue no dia 14 de março, o mesmo dia em que iam ser entregues os outros prémios dos rotários: O Prémio Rotary de Ciência e Investigação ao Instituto de Medicina Molecular, o Prémio Rotary de Cooperação Internacional à Fundação Calouste Gulbenkian, o Prémio Rotary de Comunicação à Sra. Tânia Ribas de Oliveira, o Prémio Rotary de Desporto à DESMOR – Centro de Preparação Olímpica e de Alto Rendimento, o Prémio Rotary de Tecnologia e Inovação à Closer, o Prémio Rotary Empresa Socialmente Responsável ao Grupo Nabeiro, o Prémio Rotary Educação e Excelência à Universidade Nova de Lisboa - Nova School of Business and Economics e, finalmente, o Prémio Rotary de Empreendedorismo Social ao Projeto *“Nosso Bairro, Nossa Cidade”* da Câmara Municipal de Setúbal e, ainda, o Prémio Carreira, ao artista Rodrigo Leão.

Disse ser um prémio muito importante, sobretudo porque era um prémio nacional com reputação internacional, e estava associado a todas essas entidades que iam ser premiadas. Era uma honra aparecer esse prémio para o trabalho que era desenvolvido pelos nossos moradores, pelas nossas equipas e pelos nossos parceiros nesse território.

Em relação a outra matéria que queria referir, era o *“Setúbal Resiliência +, Os Dias da Segurança”*, um conjunto de atividades associadas à segurança que se tinham desenvolvido entre 21 e 29 de fevereiro. A iniciativa tinha começado com o aniversário dos nossos sapadores, uma homenagem aos sapadores - que tinham feito 234 anos - e, também, com as promoções dos nossos bombeiros a subchefe de 1.ª classe e a subchefe de 2.ª classe, e tinha prosseguido com o Encontro das Unidades Locais de Proteção Civil, que existiam, naquele momento, em todas as freguesias e que eram um patamar decisivo de trabalho, de intervenção e de apuramento de meios e recursos, no caso concreto das ações necessárias. Ia ser, também, importante agora, no caso do Coronavírus.

Tinha-se seguido uma sessão de trabalho dedicada à Comunidade Educativa, com a matéria *“Do Risco à Segurança – A Educação Invisível”*, tocando dois em dois aspetos, por um lado *“O Papel da Comunidade Educativa na Educação para a Segurança”* e, por outro lado, *“A Importância do Jogo e da Brincadeira da Criança para Uma Cultura de Riscos”*, por parte dos próprios. Tinha-se seguido uma sessão sobre *“A Resiliência de Infraestruturas Críticas no Município”*, num município que tinha muitas empresas com muitos riscos, desde os incêndios aos terremotos, às inundações, etc, em que tinham contado com especialistas do país inteiro, que nos tinham vindo falar do comportamento dessas infraestruturas e dos temas de segurança dessas infraestruturas. Tinha-se seguido a inauguração, no Mercado do Livramento, de uma exposição sobre *“As Mulheres na Proteção Civil - Retratos de Homenagem”*, que ainda estava exposta. Tinha-se feito uma sessão de esclarecimento de 12 horas, das 10:00H às 22:00H, sobre o Coronavírus, tinha sido uma sessão muito frequentada.



O sistema de saúde tinha estado a esclarecê-los e tinha estado sempre disponível para ouvir e esclarecer as questões todas que as pessoas tinham colocado.

Tinha havido uma sessão de trabalho sobre “*A Segurança Integral nas Cidades Portuárias*”, ou seja, os riscos dos portos para as cidades e os riscos das cidades para os portos. Tinha sido uma situação muito interessante de trabalho, sobretudo porque tínhamos um porto de grande relevância. Finalmente, tinha havido uma sessão de trabalho no dia 29, sobre “*A Proteção do Património Móvel e Imóvel*”, envolvendo museus, bibliotecas e arquivos, em que se tinha debatido a defesa de todos os nossos equipamentos físicos e, também, dos bens móveis e imóveis dentro desses equipamentos e as estratégias e formas de trabalho.

Esse período de “*Os Dias da Segurança*” tinha sido muito importante, porque lhes tinha permitido, por um lado, refletir sobre coisas que já faziam, coisas que estavam a começar a fazer e coisas que estavam em velocidade de cruzeiro e que, a partir desse momento, com a reflexão que tinha sido feita, ganhavam novo impulso para garantir uma Cultura de Segurança em Setúbal, partindo de uma lógica que defendiam e que estavam a desenvolver, de que a segurança era um elemento central do processo de desenvolvimento económico, social e humano e que quem sentia que não havia segurança não investia, não vivia nem visitava os espaços inseguros. Setúbal era um espaço seguro e estavam a fazer um trabalho e um esforço muito grande de aprofundar essa linha de Segurança - na lógica da prevenção, sobretudo, mas, também, nas outras lógicas -, para tornar o município seguro para quem cá vivia, quem o visitava e quem cá investia.

Sra. Presidente – Disse que, em relação à questão que o Vereador Fernando Paulino tinha colocado, o café do Parque do Bonfim estava, de facto, fechado. Tinha havido problemas com o concessionário e, naquele momento, a passar o período da queixa do tribunal, dos editais, o período normal jurídico e ia ser feita uma nova concessão. Ia ser feita uma nova hasta pública, tendo em linha de conta o número de pessoas que tinham aparecido para aquele espaço. Há uns anos atrás seria difícil, ninguém pegaria naquele espaço. Se não aparecesse ninguém, era fácil. Normalmente, vendia-se a empresa e as coisas retomavam o seu curso normal, até porque estava no Regulamento que tinham que dar autorização e não davam autorização a esse tipo de concessão. Havia muitas empresas a quererem “*vir a jogo*”, portanto, tinha que se abrir hasta pública. Estavam só a deixar passar o tempo do pagamento da dívida do outro proprietário e de retirar algumas coisas, que eram dele, que ele tinha que retirar.

Em relação às questões que tinham sido colocadas pelo Vereador Nuno Carvalho, em relação ao aeroporto não tinham que ser convocados para a reunião. Não sabia o resultado, não tinha falado com os seus colegas, mas não tinham que ser consultados, tendo em linha de conta que, no impacto ambiental, para Setúbal não era “*tanto dava*”, porque tinham votado contra o Montijo. Para eles, era Alcochete, mas, de facto, o aeroporto, do ponto de vista do impacto ambiental, se fosse construído no Montijo, não “*tocava*” em Setúbal. Por isso, o Primeiro-Ministro – e bem - não tinha que os convocar para essa reunião. No entanto, a postura deles é que era “*um tiro num porta-aviões*”, em relação à alteração da lei, uma vez que tinha sido aquele partido que tinha feito a lei. Não dava para se alterar a lei à medida da conveniência, mas isso era só a sua opinião.

Tinha que haver negociação e o Sr. Primeiro-Ministro estava - e bem - a conversar com os municípios. Já devia ter feito isso há mais tempo que não havia tanta controvérsia. Era o que achava. Já devia ter feito isso há mais tempo, aquilo era escusado. Depois, logo se via o que é que dava a negociação, mas tinha havido negociação.

Em relação ao plano de contingência, tinham recebido indicações da Direção-Geral de Saúde, que tinham ido diretamente para a nossa Proteção Civil, e, de acordo com essas indicações, já havia umas duas semanas que tinham reunido com todos os parceiros. Portanto, já estava feito o nosso plano de contingência. Tinha sido anunciado na véspera no nosso Facebook que já estava feito o nosso plano de contingência. Não estava ainda disponibilizado porque faltavam dois serviços que não tinham apresentado umas informações relativamente a esses serviços. Eram 56 serviços e só havia dois que, até à tarde daquele dia, tinham que as



entregar, para isso estar disponibilizado no nosso Facebook. Estava feito e tinha sido feito com as indicações da Direção-Geral de Saúde. Não eram da área da Saúde e, portanto - e bem, que estavam a fazer um bom trabalho -, tinham-lhes dado indicações e tinha sido feito. No próximo dia 16 de março, por iniciativa do Jornal de Notícias, do JN, que tinham também realizado uma conferência no Porto, a famosa Conferência do Rivoli, que tinha tido por tema “Descentralização ou Regionalização?” Dizia famosa, porque, de facto, já toda a gente falava na Conferência do Rivoli e Bali e achava que tinha sido muito bem feita, porque essa conferência, que tinha tido a presença de autarcas de todos os quadrantes políticos, tinha permitido que a descentralização de competências nas áreas da Educação, da Saúde – e, tinha ouvido dizer naquele dia, também na área Social - podia vir a ser adiada um ano, que era das reivindicações deles, para dar lugar, então, ao diálogo e à discussão desses temas tão preocupantes e tão complexos. Não era assim, sair um despacho a dizer que era no dia 1 de janeiro de 2021 que era feita a descentralização competências e pronto. Não podia ser assim, porque os municípios eram diferentes. De norte a sul de Portugal, eram todos diferentes, tinham dificuldades e situações diversas. Portanto, nesse sentido, se o Governo, efetivamente, tinha alterado, depois dessa conferência, de facto, tinha sido uma conferência célebre. Tinha sido proposta pelo Presidente Rui Moreira, do Porto, a que se tinha associado o JN, que tinha feito a sua organização e, agora, vinha cá fazer uma conferência com o mesmo tema (“Descentralização ou Regionalização?”), no próximo dia 16, todo o dia, no Fórum Municipal Luísa Todí. Iam estar presentes, novamente, autarcas de todos os quadrantes, para discutir a “Descentralização ou Regionalização?” Portanto, estavam todos convidados para essa conferência e apelava à presença dos vereadores do Partido Socialista e do vereador do Partido Social Democrata, para não ficar só famosa a Conferência do Rivoli. Tinham que conseguir efeitos idênticos e diálogo, acima de tudo. Também queriam fazer a descentralização e queriam a regionalização, mas já estávamos no caminho certo. O Governo já estava no caminho certo, ao querer conversar com os municípios.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar, pelo falecimento de Manuel de Jesus, que fica arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu sentido pesar pela morte de Manuel de Jesus, conhecido fadista setubalense falecido, aos 90 anos, no passado dia 3 de março, após doença prolongada.

Com longa carreira, Manuel de Jesus afirmou-se como um dos mais destacados fadistas da cidade de Setúbal. Quem o ouviu recorda o profundo sentimento colocado em cada palavra, num tempo em que o fado era ouvido num ainda mais profundo silêncio em casas compostas apenas para essa finalidade. Manuel de Jesus, com a sua mulher, a também fadista Georgette de Jesus, constituem uma memória da época em que, sem nenhuma outra das muitas distrações que hoje povoam a paisagem cultural e mediática, o fado se erigia como um dos elementos principais da formação musical dos portugueses, fosse nas tais casas, fosse nas muitas noites em que se exigia silêncio porque se ia cantá-lo numa das muitas coletividades da nossa cidade.

Homenagear Manuel de Jesus na hora da sua morte, depois de vida longa, é também homenagear todos os homens e mulheres que, com o seu talento e vozes, perpetuam um dos mais fortes elementos identitários dos portugueses.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames à família enlutada de Manuel de Jesus.”

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a seguinte saudação aos 25 anos do GATEM, que fica arquivada em pasta anexo à presente ata, sob o registo n.º 12:

“O Espelho Mágico - GATEM Cooperativa Cultural CRL comemorou 25 anos de vida. Uma vida de resiliência, de enorme atividade e de muitas produções teatrais para toda a família.

4

Na página sua página de apresentação podemos ler "No GATEM acreditamos num teatro povoado pela música, pela cor, pelo movimento e pela fantasia, onde habitam sonhos, desafios e realizações. Um teatro simples e profundo onde reine a Poesia. Um teatro que procura o equilíbrio do lúdico, do mágico e do real. Teatro infantil é antes de tudo teatro".

E que melhor forma de comemorar 25 anos de vida se não a comemorar o teatro. Nos últimos dias, através da BAMBOLINICES, o nosso concelho encheu-se de mais cor e alegria. O teatro e as artes performativas percorram Setúbal e Azeitão. Um intercâmbio com outras companhias, através da partilha de várias experiências e outras realidades que potenciaram o evento. BAMBOLINICES foi um retumbante êxito e obrigatoriamente terá de fazer parte da agenda cultural de Setúbal.

Mas se as comemorações do 25º Aniversário do GATEM - Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico já estavam repletas de música, cor e fantasia, muito mais ricas ficaram com estreia da sua 36ª produção "Dom Quixote de la Mancha".

Um musical para toda a família adaptado a partir da obra de Miguel de Cervantes. Talento puro em cima do palco, brindando os 25 anos de teatro infantil e para toda a família e que reflete o trabalho de excelência do Espelho Mágico.

Está de parabéns o GATEM, a sua direção, equipa técnica e de apoio e atores. Está de parabéns o Ricardo Cardoso e a Céu Campos. Está de parabéns o Miguel Assis.

Parabéns GATEM!

Viva o Teatro!"

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, em nome da bancada da CDU, também queria parabenizar o GATEM, mas valia a pena relembrar que o mérito era das instituições e também, de quem as apoiava.

Que o mérito era dos homens e das mulheres que faziam da sua vida o teatro e o palco, mas, também, daqueles que criavam condições para que o fizessem. Portanto, tinha ficado um bocado a tentar perceber se "aquilo", efetivamente, era do Partido Socialista ou se era do próprio GATEM, porque parecia o "post" que o GATEM tinha na sua conta do Facebook.

Sem prejuízo da veracidade das palavras que ali estavam, queria, também, referir que tinha sido aquela Câmara Municipal e aquele executivo municipal que o tinham tornado possível e viável. Obviamente que a Câmara Municipal se associava ao aniversário do GATEM e estaria presente no seu aniversário e representada, ao mais alto nível, pelo executivo municipal.

Tinha sido aquele executivo municipal que tinha tornado possível que o GATEM fosse, naquele momento, a entidade na área da Cultura que era, sem prejuízo do mérito individual de cada um dos seus protagonistas e de cada um dos seus elementos. A realidade, como ali era referida - nomeadamente do próprio "Bambolinices" -, só tinha sido possível porque aquele executivo municipal tinha apoiado e viabilizado esse espetáculo.

Também era bom que, num tempo em que cada um procurava retirar aquilo que queria para o seu benefício próprio, que soubessem, também, referir aquilo que devia ser referido e soubessem dar mérito a todos aqueles que mereciam o reconhecimento do mérito, mas não podiam ignorar aqueles que viabilizavam e aqueles que tornavam possível alguma condição da criatividade para esses projetos. Isso era honestidade intelectual e devia implicar todas as forças políticas.

Justiça a quem fazia a Arte e a Cultura, justiça a quem permitia que isso se fizesse. Não havia nenhuma instituição da Cultura, nomeadamente do Teatro, que tivesse feito, nos últimos 10 anos, cultura com os apoios do Governo. Portanto, também justiça àquilo que tinha sido feito por aquele executivo municipal. Era bom que, nos momentos certos, se soubesse referir e se soubesse, também, dar essa nota.

Por isso, queria deixar aquele apontamento, a propósito da intervenção que o Partido Socialista lhes tinha trazido, sobre os 25 anos do GATEM.

Sra. Presidente – Disse que, para que houvesse memória, como era das mais velhas da "casa", também era bom que ninguém se esquecesse de que o GATEM trabalhava em

Palmela, porque, no tempo em que o Partido Socialista era executivo, não tinha cabimento neste município. Era bom que isso se soubesse.

Agora, era pela mão do Partido Socialista que vinha uma saudação ao GATEM. Era a ironia do destino, quando, no tempo em que o Partido Socialista era executivo, o GATEM tinha que trabalhar em Palmela, porque não tinha cabimento no Município de Setúbal, não tinha apoio. Portanto, passado esse tempo, era interessante ver o Partido Socialista a parabenizar o GATEM. Era para que houvesse memória.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha ficado surpreendido com o facto de o Sr. Vereador Pedro Pina e de a Sra. Presidente terem ficado incomodados, não com o que estava escrito na saudação, mas com o que não estava escrito. Podia estar muita coisa escrita que não estava. Obviamente que o Partido Socialista não ia ficar, de maneira nenhuma, refém de, sempre que entendesse, apresentar uma saudação ou associar-se a outras saudações apresentadas pelos outros partidos e de elogiar quem tinha feito um bom trabalho.

Naquela moção falava-se na resiliência, que era uma característica de quem fazia teatro, pelos apoios que tinha ou que não tinha. Também era verdade que à Câmara Municipal competia apoiar e, portanto, não teria feito sentido apontar o óbvio, que era que tinha que apoiar e que devia apoiar esse tipo de iniciativas. Se o tinha feito, através do “*Bambolinices*”, ainda bem e também estava de parabéns.

Não faria sentido isso estar na moção, mas cabia ao senhor vereador defender a sua dama, que era o seu pelouro, e tinha-o feito muito bem. A saudação deles era aquela.

Sra. Presidente – Disse que subscrevia por baixo aquilo que tinha dito o Vereador Paulo Lopes. Por causa disso, não tinha que ficar refém. Estava completamente de acordo, mas aquilo ajudava a memória, só isso. Era para que houvesse memória. De resto, parabéns e claro que se juntavam àquela saudação ao GATEM, se não, também já não existia.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a seguinte moção, acerca do Dia Internacional da Mulher, que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”
Começa assim a Carta Universal dos Direitos Humanos.*

O Dia Internacional da Mulher é ainda hoje lembrado, porque, no que respeita às Mulheres, este desígnio ainda não é cumprido em muitos países do Mundo.

O Dia da Mulher começou a ser celebrado em 1909, com as primeiras lutas pela conquista de Direitos Iguais para as Mulheres, tais como o Direito ao voto, o Direito a um salário mais justo, e a justiça igual face à violência.

Volvidos bem mais de 100 anos, ainda recordamos esta Condição Desigual. Embora seja hoje incomparavelmente melhor a situação global para muitas Mulheres, esta carece ainda de medidas práticas e objetivas que promovam avanços e impeçam retrocessos.

Que devem os Governos e as Autarquias fazer? Que devem as Sociedades fazer?

As Autarquias, têm em seu poder a capacidade de implementar de forma cuidadosa e persistente os seus Planos Municipais de Igualdade, as Sociedades têm o dever de apoiar e estimular com consistência, as medidas que conduzem à Igualdade de Género.

A intervenção em áreas que protegem de forma pronta e eficaz as Mulheres de todas as formas de violência exercida sobre elas, seja física, verbal ou sexual, são fundamentais. Nenhum Governo ou Município pode encarar de forma ligeira os números de femicídio em Portugal, nenhum pode achar que apenas medidas informativas ou queixas formais, não seguidas de proteção imediata das vítimas, podem diminuir esta epidemia sem fim, que é a violência sobre as Mulheres. Medidas que restringem os Agressores são mais eficazes do que as que escondem as vítimas deixando o agressor livre.

É ainda fundamental a implementação de medidas que possibilitam às Mulheres gerar, de forma autónoma, mais recursos que lhes permitam sair da pobreza ou de maus tratos, como a

educação e o estímulo ao empreendedorismo feminino, bem como as medidas que promovem a não discriminação profissional na maternidade e a igualdade salarial.

É verdadeiramente importante, medidas que alteram os estereótipos de género e fomentam a conciliação entre vida laboral e familiar.

Tem de ser socialmente valorizada a partilha do trabalho, quer na esfera doméstica, quer na dos cuidados aos dependentes. Homens e Mulheres têm de se sentir parte do mesmo esforço que constrói sociedades mais justas e igualitárias e ser estimulados a fazê-lo.

Cabe a todos nós, a promoção de medidas concretas de Proteção das Mulheres na maternidade e o envolvimento responsável dos Homens na partilha de responsabilidades e deveres.

Estas medidas não podem restringir-se a páginas escritas de documentos que servem propósitos globais e não específicos, no Dia Internacional da Mulher, nada mais pedimos do que ações, que permitam a todos os Seres Humanos sem exceção concretizarem todo o seu Potencial, sem que lhes sejam vedados os seus Direitos essenciais.”

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Leu a seguinte moção, acerca do Dia Internacional da Mulher, que fica arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14:

“Em Portugal celebramos o 8 de março em liberdade evocando a resistência nos 48 anos de ditadura obscurantista e discriminatória e a revolução que, no 25 de Abril de 1974, abriu portas a profundas transformações na sociedade e na vida dos portugueses, consagrando os seus direitos na Constituição da República Portuguesa aprovada no ano seguinte.

O Dia Internacional da Mulher continua a ser o momento em que relembramos o quanto ainda temos de caminhar para que a igualdade entre homens e mulheres se transforme numa realidade.

As mulheres, apesar de a legislação determinar a plena igualdade entre sexos, continuam a viver situações de maior precariedade laboral, a ter salários mais baixos, a ter maior dificuldade em conciliar a vida familiar com a profissional. É também entre elas que se regista a maior taxa de desemprego, com conseqüente fragilidade social, situação que se mede pelos números da violência exercida sobre as mulheres, quer em contexto de violência doméstica, quer pelo número de vítimas de tráfico humano, que afeta sobretudo mulheres e crianças, um flagelo que devemos continuar a combater.

No nosso país, o caminho para a igualdade tem vindo a ser percorrido graças à luta de mulheres e homens que tem garantido muitas conquistas. Podemos verificá-las ao nível da participação na vida pública e política. Hoje, em resultado dessa permanente luta, podemos constatar com satisfação que, por exemplo, o número de mulheres eleitas em órgãos executivos dos municípios e das freguesias aumentou consideravelmente.

Devemos, neste dia, celebrar com maior intensidade, porque esta é uma luta de todos os dias, as conquistas da luta das mulheres, lembrar o que ainda há para fazer e manifestar solidariedade com todas as mulheres do mundo onde a igualdade ainda é um sonho longínquo.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda todas as mulheres e homens que, em todo o mundo, continuam a lutar pela igualdade e pelos direitos humanos.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 19 de fevereiro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 92/20 – Proposta n.º 3/2020 - GAP - Código de Conduta do Município de Setúbal.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação 93/20 – Proposta n.º 4/2020 - GAP - Moção – Urgência de obras de requalificação da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Aranguez.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria aproveitar para saudar a presença dos representantes da Associação de Pais e da Sra. Coordenadora da escola na reunião e pedir aos serviços de apoio para distribuírem, por todos os senhores Vereadores, o “*dossier*” que a Associação de Pais lhe tinha feito chegar. Era do interesse de todos que pudessem ter conhecimento e para tal disponibilizava uma “*pen*”, com mais fotografias sobre o levantamento do estado da escola.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o Partido Socialista se ia associar àquela proposta e ia votar favoravelmente a proposta de moção. Essa era uma realidade de, pelo menos, duas escolas. Se calhar, a Escola Secundária de Bocage necessitava de uma intervenção ainda mais célere.

Ele e o Vereador Ricardo encontravam-se nas reuniões do Conselho Geral, ele no lado da Associação de Pais. Tinha 3 filhos lá e, portanto, sabia o que era estar, também, no lado da Associação de Pais. Já por várias vezes tinham equacionado tomar uma posição conjunta, dando força àquilo que eram as reivindicações do diretor. Portanto, achava que fazia todo o sentido.

Felizmente, esse não era o cenário geral das escolas no concelho. Tinha havido um grande investimento, por parte do Governo e por parte da autarquia, nos últimos anos, nas escolas do concelho de Setúbal. Pensava que isso era reconhecido por todos. Aquelas duas escolas e a Escola Secundária de Bocage, que tinha ficado de fora das obras do parque escolar, eram, se calhar, os casos mais prementes.

Portanto, iriam associar-se, sem dúvida alguma, até porque a moção estava feita com uma grande sensibilidade, para conseguir ganhar o apoio de todos naquela luta.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, naturalmente, não podia ser de outra forma e que o PSD se associava àquela moção. O fundamental era perceberem o que é que, efetivamente, existia de previsão para uma solução imediata, no que dizia respeito a essa escola, se existia algum contacto particular ou especial ou alguma perspetiva – proveniente das entidades que tinham essa responsabilidade – de que esses problemas pudessem vir a ser resolvidos, porque, pelo que estava relatado, alguns deles não teriam carácter de pequenas reparações, teriam carácter estrutural.

Portanto, estavam a falar num tipo de intervenção que não estava a um nível intermédio, estavam a um nível maior e superior e, considerando a gravidade dessa situação, era condizente com a celeridade que devia ter. Precisava de saber se tinha havido algum “*feedback*”, ou não, no que dizia respeito às diligências que o Município teria feito. Para o debate, era importante perceberem um bocadinho.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que era muito importante a disponibilidade de todas as forças políticas representadas na Câmara Municipal de Setúbal, para encontrarem aquela unidade em torno de problemas concretos da nossa cidade, que eram da responsabilidade de entidades exteriores.

Infelizmente, não eram só essas duas escolas, que o Sr. Vereador Paulo Lopes - e bem –, tinha referido, que tinham problemas estruturais e carências graves, no nosso concelho. Era verdade que havia um conjunto de escolas, nomeadamente três escolas secundárias, que tinham tido elevados investimentos, nomeadamente no âmbito do programa da Parque Escolar.

A Câmara Municipal também tinha vindo a desenvolver um forte investimento na requalificação e apetrechamento das escolas, mas ainda tinham mais carências. Pensava que teriam também a capacidade e a força suficientes para encontrar a unidade necessária para a Câmara dar apoio e dar voz e solidarizar-se com as associações de pais, com os movimentos dos alunos - com os estudantes e com as associações de estudantes -, com os professores e com os funcionários não docentes dessas escolas, para que os problemas que essas também tinham fossem resolvidos.

Relativamente à questão que o Sr. Vereador Nuno Carvalho tinha colocado, era, de facto, assim. Os problemas que essa escola apresentava não eram, apenas, alguns problemas que necessitavam de uma ou outra intervenção e aí residia uma das questões e, também, uma das preocupações da Associação de Pais e Encarregados de Educação e da Direção do Agrupamento e da Coordenação da escola.

É que, aquela escola, precisando urgentemente de ver substituídas as suas coberturas - que era a intervenção mais imediata que a DGESTE tinha calculado e nesse sentido é que a tinha colocado na informação que tinha sido transmitida na reunião que tinham tido com a Sra. Diretora-Geral da DGESTE e com o Sr. Delegado Regional da Educação -, apenas tinham previsto e tinham colocado como prioritária essa escola, por causa do problema das suas coberturas de fibrocimento.

Também tinham a preocupação das instalações elétricas, mas essa escola apresentava graves problemas, como aquelas fotografias e as outras que seriam disponibilizadas retratavam. O estado de degradação do espaço das salas de aula não era um espaço digno para que as crianças pudessem estudar. Valia muito o esforço que a Associação de Pais e a própria escola, os professores da escola e os funcionários da escola tinham empreendido, para manterem, nas melhores condições possíveis, o funcionamento daquelas salas de aulas, mas não tinham, de facto, a dignidade necessária e as condições admissíveis para o número de horas que as crianças tinham que passar ali e desenvolver o seu trabalho de aprendizagem e de formação.

Os espaços exteriores da escola eram uma zona muito rica, porque era uma antiga quinta que tinha todo um património arbóreo, tinha um enquadramento muito especial, necessitava de uma manutenção muito forte. Recorde-se que, no início do ano letivo anterior, tinha havido uma intervenção da Câmara, que tinha sido valorizar a intervenção de colocação das guias para crianças cegas naquela escola, mas, quando se depararam com essa intervenção, tinham-se deparado com um terreno e com um espaço exterior que não permitia que crianças cegas ou quaisquer outras crianças pudessem desenvolver as suas atividades naquela escola.

Era nesse sentido que colocava a moção. Não havia qualquer perspetiva de intervenção e, portanto, era necessário tomarem ali uma posição e, todos juntos, juntarem a voz deles à voz da escola e de toda a comunidade escolar, no apelo e na exigência de uma intervenção urgente naquela escola.

Sra. Presidente – Disse que assinava por baixo daquilo que tinha dito o Vereador Paulo Lopes. Era verdade que tinha havido um grande esforço, por parte do Governo, em três grandes escolas. A Dom João II, a Sebastião da Gama e a Lima de Freitas eram, praticamente, novas. Essas escolas tinham sido, praticamente, feitas de novo, especialmente a Lima de Freitas e a Dom João II, onde tinha havido maior intervenção. A Dom João II tinha

tido um grande acompanhamento, por parte do Conselho Diretivo, e tinha corrido muito bem, porque tinha tido uma gestão diferente e não tinha sido adjudicada à Parque Escolar. Isso tinha que ser dito.

As outras duas tinham sido no Parque Escolar, tinham custado mais dinheiro e tinham ficado mais mal feitas. A Dom João II tinha sido uma empresa de fora que tinha ganho o concurso diferente e tinha estado sob fiscalização de um homem fantástico, que se chamava Professor Ramiro, que era o diretor da escola. Tinham sido intervenções grandes.

Nas outras escolas, a Escola Sebastião da Gama e a Escola Dom Manuel Martins - que tinha sido pintada havia pouco tempo, não tinha tido outro tipo de intervenção senão umas pinturas, uma lavagem de cara - não tinham um pavilhão. Os jovens daquelas escolas não tinham direito a Educação Física. Se quisessem, que corressem ao frio, ao sol e à chuva. A Escola de Azeitão, que estava pior do que essas escolas, tinha tido, no ano anterior ou há dois anos, uma parte de intervenção, mas era outra escola que precisava de uma grande intervenção e que também não tinha pavilhão.

Era verdade que o Governo tinha feito um grande esforço, que o Município tinha feito um grande esforço e continuava a fazer um grande esforço, às vezes, nos apoios pontuais que podia dar a algumas dessas escolas. As freguesias eram fundamentais nesses apoios, muitas vezes eram chamadas para irem fazer as limpezas nessas escolas, quando não tinham que o fazer. Normalmente, percebiam que a escola não tinha meios, não tinha pessoal suficiente para fazer as limpezas e iam acudir.

Isso era tudo verdade. Era verdade que tinha havido um grande esforço e estava a haver um grande esforço. O problema era a situação a que tinha chegado a Educação. Esse é que era o problema. Tinham sido muitos anos com pouco investimento na Educação. Embora tivesse havido picos, tinha sido no governo em que a ministra era Maria de Lurdes Rodrigues que tinha havido picos de grande investimento nos equipamentos escolares, mas, depois, tinha havido logo desinvestimento, novamente. Tinham passado, outra vez, o deserto.

Atualmente, estavam a verificar, de norte a sul do país, que a insatisfação era muito grande. Também compreendiam que o Governo tinha que ir resolvendo as coisas que eram prioritárias e, sendo aquilo grave, também tinham que ter consciência que ainda havia mais grave, mas não se podiam calar só porque as situações dos outros eram mais graves. Tinham que falar, porque, senão, nunca mais resolviam as nossas situações.

Não havia dúvida nenhuma de que o processo de descentralização resolvia esses problemas, mas também estava em crer que não tinha havido mais investimento porque janeiro de 2021 estava aí já à porta e, portanto, os autarcas que se amanhassem e que resolvessem o problema.

Saudava a Associação de Pais que tinha vindo à reunião, por ter tomado essa iniciativa, mas, normalmente, não acontecia assim. Normalmente, quando o problema estava na Câmara nem vinham ali, era manifestação à porta, assim, de um dia para o outro. Portanto, agradecia essa lucidez e esse reparo atempado, essa reivindicação atempada de uma coisa que, mais dia menos dia, vinha calhar às nossas mãos.

No entanto, o processo de descentralização, o decreto-lei, também dizia que só vinha parar às nossas mãos depois de devidamente feitas as obras. Mesmo que a descentralização não se verificasse em janeiro de 2021 e andasse um ano para a frente, se a obra não estivesse feita, olhavam para o decreto-lei e diziam que não a recebiam.

O Governo preparava-se para distribuir 20 mil euros por escola para cada município. Se calhar, no estado em que estava aquela escola, não chegava para uma sala de aula, quanto mais para a manutenção efetiva e recuperação de uma situação daquelas. Era isso que estavam a pedir ao Governo que fizesse, dialogasse com eles. O envelope financeiro tinha que vir de acordo com as necessidades e não era *“empurrar para lá”*. Depois da manutenção já tinham que gerir, mas a escola tinha que vir como devia ser.

Queria saudar a Associação de Pais e queria dizer, de uma forma positiva, que iam ver aquilo com o ministério, com quem tinham que ver, as escolas de Bocage e a de Azeitão. Não seriam muitas mais, havia municípios que tinham problemas muito maiores para resolver. Não era a primeira vez que ajudavam o Governo, nem achavam que o Governo estava do lado

mau e o Município estava do lado bom. Tinham que conversar e tinham que se ajudar. Achava que aquela iniciativa era boa. Pelo menos, punha-os à mesa a conversar e a ver como é que, em conjunto, podiam resolver esse problema, que não era maior porque as associações de pais, em todas as escolas, tinham dado uma importantíssima ajuda e, nalguns sítios, indispensável ajuda.

Portanto, mais uma vez, ficavam os agradecimentos pelo trabalho que tinham feito com o Município e, também, pela forma compreensiva para com quem tinha que resolver aquilo, que, naquele caso, era o Ministério da Educação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 94/20 – Proposta n.º 4/2020 - DCIRT/DITUR - Ratificação de assinatura de contrato de entidade colaboradora LISBOA CARD 2020/2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 95/20 – Proposta n.º 05/2020 - DCIRT/GAPE - Protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril no âmbito do projeto “SEANET” – Ratificação.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 114/20 – Proposta n.º 11/2020 - DOM – Empreitada “Requalificação Urbana e Mobilidade na Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de Dezembro” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela intervenção era de grande importância, porque integrava o Plano de Mobilidade. Ia estabelecer um patamar de mobilidade de nível com o território do convento, permitindo uma circulação mais ágil entre o convento e o conjunto dos arruamentos. Ia promover a elevação do piso entre a zona dos correios, na Avenida 22 de dezembro e a Luísa Todi e a mesma elevação de piso construindo ali uma rotunda à volta dos Combatentes e uma elevação do piso um pouco mais adiante na zona da rotunda, nos próprios Combatentes. Ia permitir também, a realização de uma rotunda nos combatentes com a Daniel de Sousa, que iria provocar uma agilização de toda a mobilidade, que era

absolutamente indispensável, para a concretização paulatinamente do Plano de Mobilidade de Setúbal e o processo de requalificação dos espaços públicos de Setúbal, que estava em curso no conjunto do território e ali também com mais essa intervenção.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que estava curioso em ver o projeto, porque por norma nas últimas intervenções dessas grandes avenidas tinha havido uma redução significativa do perfil das vias, que tinha provocado alguns constrangimentos em algumas partes da cidade. No caso da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, havia uma redução da via, pelo menos segundo o projeto, de 9 metros para 7 metros, mas pensava que iria ficar com dimensão suficiente para dar resposta ao tráfego daquela via, que era uma das principais da cidade. Portanto tinham ficado satisfeitos por não haver uma redução significativa como tinha ocorrido noutros casos.

Perguntou para quando estava previsto a continuidade da obra no sentido da Avenida 22 de Dezembro até à Praça do Vitória, referia-se à parte onde estavam as laranjeiras, que era o último troço que faltava naquela avenida.

Não tinha conseguido perceber, no ponto 6 da proposta “Justifica a não adjudicação por lotes” e remetia para legislação, se era uma empreitada única, tinham que justificar se fizessem a adjudicação por lotes, sendo uma empreitada única não fazia sentido na sua opinião, mas não era jurista, os serviços saberiam avaliar com certeza.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em relação à justificação atualmente, tinha que ser por lotes ou não lotes, tinham que fazer as duas justificações, gastavam um tempo tremendo a justificar, presentemente tinham que explicar porque era só uma empreitada, fazia parte do CCP, tinha que ser assim, tinham que justificar. Era uma inovação, aliás havia ali várias inovações, por exemplo, o gestor do contrato era o engenheiro José Amaro, presentemente essa figura era obrigatória, antigamente não existia, passou a existir.

Em relação à Avenida 22 de dezembro a perspetiva era sobretudo repavimentar, em relação a uma intervenção que estava prevista no estacionamento do lado do Bonfim, ainda não tinham prazo.

Sra. Presidente – Disse que estava ali uma obra extremamente importante e útil, numa das artérias mais importantes para a cidade.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação 115/20 – Proposta n.º 12/2020 - DOM – Empreitada “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e nascente” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso limitado por prévia qualificação.

O Sr. Vereador leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela obra correspondia à 3.ª fase, das obras do Convento de Jesus, a 1.ª fase tinha sido na ala poente, mais outras intervenções, a 2.ª fase estava a decorrer e seria concluída entre março e abril, tinha o coro alto, tinha uma série de outros passos e aquela 3.ª fase que iam colocar a concurso, ia finalmente permitir requalificar integralmente o Convento de Jesus. Ficaria a faltar uma outra fase, que era a construção de um novo edifício onde estava o depósito com as obras deles, o edifício de restauro e de área de apoio educativo e também a zona da cerca pequena. No final daquela obra que estavam a lançar concurso, teriam, finalmente, devolvido a Setúbal o Convento de Jesus,



completamente musealizado e reabilitado. Era uma obra histórica, era uma obra de vários mandatos, uma obra que ia marcar, naturalmente, o futuro da cidade do ponto de vista cultural e do ponto de vista da capacidade de resposta na reabilitação do edificado do concelho.

Sra. Presidente – Disse que estavam a fazer uma obra num monumento nacional, que tinha sido abandonado pelos sucessivos governos. Tinha sido o edifício onde tinha sido ratificado o Tratado de Tordesilhas, desenhado pelo arquiteto Boitaca, a entrada e as janelas do Convento de Jesus tinham servido de protótipo para o Mosteiro dos Jerónimos e tinha sido abandonado pelo estado. Tinha sido o município que tinha pegado nele e reabilitado com o dinheiro dos Setubalenses, convinha que isso não fosse esquecido. Não era a primeira vez que isso acontecia em Setúbal. Setúbal também tinha pago as dívidas de Portugal “com o sal de Setúbal a Roma” e estavam novamente a pagar um monumento nacional a Portugal, que orgulhosamente estava ali no município deles, estava sobre a gestão deles, mas essa responsabilidade não lhes pertencia. Parte do dinheiro para essa obra tinha sido dos Setubalenses e a outra parte tinha sido de fundos comunitários que tinham conseguido angariar para o efeito.

Essa 3.ª fase não ia impedir o funcionamento do Convento de Jesus. O Convento de Jesus ia ter a sua festa de abertura depois dessas obras, dessa 2.ª fase, nos dias 16, 17 e 18 de maio. 18 de maio era o Dia Internacional dos Museus e iriam fazer festa nesse fim de semana, sábado, domingo e 2.ª feira. Iam estar, não eram emparedadas porque isso significava colocar tijolo nas portas, iam estar bem reservadas as salas que ainda iam ser intervencionadas, porque não estavam à espera de tão rapidamente serem beneficiados com um milhão de euros, para essa última fase dentro do convento. Ficava a faltar depois o edifício lá fora, junto ao edifício Paula Borba, onde era presentemente o Balneário Paula Borba.

Essa 2.ª fase ia ter a musealização, os claustros iam estar prontos, a sala do capítulo estava pronta, o coro alto estava pronto e lindíssimo e tinha sido descoberto no coro alto um coro baixo, que estava visitável porque tinha um chão em vidro para se ver o coro baixo.

A 3.ª fase estava programada para dali a dois ou três anos, mas sem esperarem tinham sido beneficiados com uma decisão da Área Metropolitana de Lisboa, tinham sido votados com o prémio de um milhão de euros, por terem sido o município que mas tinha concorrido a projetos comunitários e melhor os tinha gerido e executado com rapidez e profissionalismo e por isso todos os outros municípios votaram na doação desse um milhão de euros para o Município de Setúbal poder fazer a 3.ª fase do Convento de Jesus. Tinha sido para eles uma grande honra e em cumprimento desse benefício que lhes tinham dado, iam rapidamente, começar com a 3.ª fase, o concurso estava a sair. De qualquer modo o público podia usufruir e bem, daquele equipamento que estava lindíssimo, sendo que a parte de trás com o hornaveque, eram as muralhas que estavam na cerca grande, já estava pronto, estava tudo iluminado. O parque de estacionamento estava pronto, estavam a colocar as árvores e estavam a acabar uma parte do parque de estacionamento da Santa Casa da Misericórdia, que tinham feito em parceria com eles. Dentro de um mês estariam a terminar, para que no dia 16 tudo aquilo fosse aberto ao público, o estacionamento e o jardim da parte da frente. Iam devolver aos Setubalenses aquele jardim fantástico e no próximo dia 15 de março, iam colocar os seus jovens a praticar skate, no sítio que tinha sido escolhido por eles, num projeto que tinha sido discutido com eles, feito com eles. Os jovens tinham saído do largo do Convento de Jesus, que era uma referência internacional para a prática de skate, infelizmente algumas revistas tinham falado daquele sítio como o melhor local para a prática de skate, mas tinham-se esquecido de referir que o Convento de Jesus se encontrava mesmo ali atrás dos jovens que praticavam skate. Tinha prometido a esses jovens que lhes iriam fazer o parque de skate, estava feito, em parceria com a Supera, que, em mecenato, também tinha pago o parque de skate, mas tinha sido a Supera que tinha feito o projeto. Dia 15 de março ia ser aberto o parque de skate e o jardim ia subir a cota para que as pessoas pudessem disfrutar daquela entrada magnífica, daquele convento e daquela igreja que ia começar a ter serviço

religioso, era outra coisa que não acontecia no Convento de Jesus, só existiam alguns eventos, esporadicamente uma missa ou outra, mas ia passar a ter serviço religioso permanente. Dia 17 ia ser realizada a primeira missa na igreja do Convento de Jesus. Todo esse trabalho tinha sido realizado em conjunto com muita gente, muitas instituições, muita gente que tinha passado ali mal para que as obras se fizessem, nomeadamente a Academia Luísa Todi, que estava ali paredes meias, os pais e as crianças, mas já tinha passado. Esperavam que a academia Luísa Todi e outras instituições pudessem usufruir daquele espaço, gostariam que aquele espaço fosse muito utilizado.

Vereador Carlos Rabaçal – Disse que à semelhança do prémio que tinham ganho de reforço de verbas comunitárias para o convento, também a obra dos Combatentes tinha sido feita com um reforço de verba de cerca de um milhão de euros, pela boa execução no espaço público. Também iam fazer uma nova fase de intervenção nas escolas que tinha resultado num prémio de cerca de duzentos mil euros, um reforço de verba, pela boa execução ao nível das escolas. Setúbal pela sua capacidade de execução financeira e física tinha recebido dois milhões e duzentos mil euros de apoio complementar, o que muito os orgulhava e sobretudo era muito importante para os munícipes, a eficiência do município tinha trazido mais meios e recursos para servir melhor os munícipes.

Sr. Vice-Presidente- Disse que os membros da câmara estavam a receber a deliberação dessas duas obras de três milhões de euros, com um tom morno e quase indiferente. Obras no centro da cidade, ainda por cima com essa referência que tinha sido dada, por mérito de boa execução, que tinha beneficiado a cidade, no presente e no futuro, com uma importância fulcral para todo o centro da cidade. Tinham de novo, como novo, requalificado, todo o espaço do Convento de Jesus, o próprio monumento, toda essa área, junto ao trabalho que já tinha sido feito nas infraestruturas com a Ribeira do Livramento, junto ao trabalho que tinha sido mencionado ali, na Algodeia com o parque de skate, com o rugby, junto à parte da Várzea, de facto era um momento grande que a cidade estava a viver.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 96/20 – Proposta n.º 32/2020 - DCDJ/DIJUVE – Fixação de preços de venda de ingressos no Museu do Trabalho Michel Giacometti para o Festival me n' my LoopStation.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Pedro Pina – Informou que “Loopsation” era uma máquina onde um artista conseguia fazer uma multiplicidade de sons, era uma caixa de ritmos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 97/20 – Proposta n.º 33/2020 - DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração com a Associação Cultural Festróia – Film Fest.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 98/20 – Proposta n.º 34/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Setúbal de Dança Desportiva (ASDD).

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 99/20 – Proposta n.º 35/2020 - DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração - Academia de Dança Contemporânea de Setúbal e a Associação Oridanza - Cultura em Movimento.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 100/20 – Proposta n.º 36/2020 - DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e os Grupos Corais Alentejanos “Os Amigos do Independente” e “Os Amigos dos Sadinós”.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 101/20 – Proposta n.º 37/2020 - DCDJ/DICUL - Concurso Marchas Populares de Setúbal 2020.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



14. Deliberação 102/20 – Proposta n.º 38/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Canoagem de Setúbal – Setúbal Cup.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 103/20 – Proposta n.º 39/2020 - DCDJ/DIDES - Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Jiu Jitsu.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 104/20 – Proposta n.º 40/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Motorismo de Setúbal: 29.ª Rampa Pêquêpê Arrábida 2020.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 105/20 – Proposta n.º 03/2020 - DES/DIAPE – Apoio financeiro no âmbito da Ação Social Escolar (refeições, atividades de animação e de apoio à família) no ano letivo 2019/2020.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 106/20 – Proposta n.º 04/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano 2019/2020.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



19. Deliberação 107/20 – Proposta n.º 05/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha, referente ao ano 2019/2020.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 108/20 – Proposta n.º 06/2020 - DES/DIAPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a realização de visitas de estudo referente ao ano 2019/2020

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 109/20 – Proposta n.º 07/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para a participação na 10.ª Edição do Festival de Música de Setúbal.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 110/20 – Proposta n.º 08/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama – Projetos de percussão.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 111/20 – Proposta n.º 09/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Azeitão, no âmbito do Projeto “Ciência na nossa Serra” 2019/2020.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 112/20 – Proposta n.º 10/2020 - DES/DIGEPE - Apoio financeiro à APPACDM para edição de livro.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 113/20 – Proposta n.º 11/2020 - DES/DIAPE - Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares.

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) Período destinado à intervenção do Público

Sra. Dora Floriano – Disse que já tinha estado ali a contar a sua situação, que desde 2005 se tinha inscrito na Câmara por causa de uma habitação e continuava sem novidades. Disse que o seu problema cada vez se agravava mais, a casa onde estava a viver com 4 crianças já tinha sido vendida e estava com o coração nas mãos, porque a qualquer momento esperava que a polícia aparecesse, já nem água tinha, tinha que ir às bombas de gasolina encher garrações de água para dar banho aos filhos. Voltava a pedir ajuda.

Sra. Presidente – Voltou a informar que a câmara não tinha casas, tinham quase 1.000 pessoas em lista de espera e que ela se devia dirigir à Segurança Social.

Tinham estado a trabalhar com o governo em relação à construção de habitação nova. No dia anterior tinham reunido com a Senhora Secretária do Estado e tinham avançado com uma proposta interessante, com uma proposta de pelo menos 1.700 casas, mas isso não se fazia de um dia para o outro, demorava a fazer. Havia terreno do próprio ministério e a câmara estava a ajudar com os projetos.

Disse que quando acabasse a reunião se sentava com a Senhora e com o Senhor Vereador Rabaçal e conversavam. Disse que podiam dar uma ajuda, perguntou se a Senhora e o marido tinham emprego, se não tivessem davam-lhes emprego, precisavam de pessoas para trabalhar. Não conseguia arranjar de momento uma casa, mas arranjava emprego aos dois. Falavam os três quando a reunião terminasse.

Sr. Carlos Santana – Disse que era o Presidente da Associação de Pais da Escola de Aranguez. Tinha ido ali manifestar o seu agradecimento pela envolvimento, preocupação e sensibilidade da Câmara Municipal sobre os vários temas que tinham na sua escola.

A sua associação trabalhava em conjunto com a coordenação da escola, que também estava ali presente. Pretendiam respostas e que os informassem o que a tutela, a DGESTE, estava a pensar fazer em relação à escola deles. Percebiam que existiam escolas em pior situação, e



que protestos à porta já tinham resolvido algumas questões, mas eles ainda não tinham equacionado fechar a escola a cadeado e fazer um protesto.

Mais uma vez agradeciam, especialmente ao Sr. Vereador Ricardo Oliveira que tinha dado um excelente contributo e tinha uma visão e uma perceção maravilhosa de como todos podiam resolver aquelas questões. Agradeciam também ao Sr. Vereador Pedro Pina porque tinha sido com ele que essas questões tinham iniciado numa reunião na Casa da Baía há uns anos atrás.

Tinham feito uma carta oficial, com aviso de receção à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, mas continuavam à espera de resposta e era nesse sentido que faziam o pedido à autarquia na tentativa de conseguirem respostas. Percebia que existiam escolas prioritárias, a deles provavelmente também era um caso prioritário, sabiam que a escola deles estava numa lista, mas não sabiam em que posição estavam.

A sua associação contribuía com materiais para a escola, com telas de projeção, com tintas para pintar a escola no interior, com cadeiras para o auditório que tinha sido construído. Estavam sempre prontos para ajudar, mas gostavam de ter uma resposta oficial e precisa.

Faziam também um agradecimento geral à Junta de Freguesia de São Sebastião.

Sr. Francisco Simões – Disse que era sócio-gerente do restaurante D’uportinho, no Portinho da Arrábida. Tinha tentado marcar várias vezes uma reunião na Casa da Baía, pela impossibilidade de marcação tinha ido ali expor alguns problemas existentes e obter algumas respostas.

Tinham sido feitas algumas obras de reabilitação no Portinho da Arrábida, nessas obras tinha sido feito um passadiço em madeira que tinha retirado 21 lugares de estacionamento. Na última reunião que tinha tido, na Casa da Baía em novembro passado, tinha sido dito que iam remover esse passadiço, mas ainda não o tinham feito.

Em relação à ponte-cais tinha sido uma boa solução, mas a sua funcionalidade não estava a 100%, tinha havido um protocolo no dia 22 de maio, com a Associação da Baía e a Câmara Municipal, mas essa Associação nunca tinha sido ali vista, em vez da Associação estava uma empresa, que ele pensava ser subcontratada pela Associação e que a seu belo prazer emitia recibos e faturas com o IVA mal calculado e as taxas não tinham sido aplicadas conforme o protocolado com a câmara.

Não tinham o número do barqueiro, nem a tabela de preços. A ponte-cais desde que tinha sido construída, em novembro de 2018, continuava com placas a dizer que estava em manutenção. Segundo o que ele sabia, a ponte-cais só era utilizada para quem tinha barco, quem tivesse uma canoa ou quem praticasse “Paddle” não podia passar pela ponte-cais porque não era permitido.

Em relação ao saneamento, existia um protocolo entre a câmara e a Águas do Sado para a limpeza das fossas, mas a Águas do Sado só tinha feito a limpeza uma vez, alegando que o camião tinha tido muita dificuldade em passar ali. A limpeza da fossa do seu restaurante era feita por ele duas vezes por mês, cada limpeza tinha-lhe custado 130€ mais IVA. Como não existiam casas de banho públicas, os donos dos restaurantes facilitavam o uso das casas de banho ao público em geral, mas não tinham que prestar esse tipo de serviço.

Quando os contentores do lixo eram despejados e limpos, ficavam a escorrer líquidos para a estrada deixando mau cheiro e moscas.

Sr. Augusto Cruz – Disse que, no âmbito de um negócio de compra e venda de uma vivenda entre particulares, na falta de norma do Plano Diretor Municipal, a Câmara queria uma compensação de 30 euros por metro quadrado. Esperava não ser autor de um novo processo judicial, por desrespeitar uma ordem judicial, e ia entregar à Sra. Presidente os documentos que a mesma não tinha.

Sr. Manuel Rucha – Disse que tinha doado, havia 5 ou 6 anos, um ampliador fotográfico que tinha sido da Litografia Sado, que já tinha fechado, e essa peça não estava em exposição. Primeiro, tinham-lhe dito que era por falta de espaço, mas era mentira; depois, que não tinha

4

nada a ver com a indústria conserveira. Tinham ficado de lho devolver em julho e ainda não o tinham feito, porque se tinha recusado a receber um ampliador que não era o seu. Queria saber onde é que estava o ampliador e o que é que lhe tinham feito, porque não tinha sido falado na reunião da Câmara, apesar de ter assinado um documento a doá-lo.

Sra. Ana Cristina Pereira – Disse que era Coordenadora da Escola de Aranguez e que, em primeiro lugar, congratulava-se com a aprovação da deliberação por unanimidade. A escola estava a precisar de obras urgentes e de fundo. Para além dos telhados em fibrocimento, tinham, no centro do refeitório - cujo telhado já tinha sido substituído -, alguidares em permanência, por causa da chuva, porque havia uma infiltração e ninguém sabia onde era. No Bloco C, tinha os telhados de fibrocimento, havia três telhas danificadas e infiltrações nas salas de aula. Tinham os instrumentos da Sala de Música ao pó e a danificar-se, porque o piso já estava em cimento nu e evitavam varrer. A sala do Ensino Especial, onde trabalhava uma aluna cega, tinha bolor nas paredes, que não podiam limpar com lixívia porque não se podia estar lá dentro. A Biblioteca, que era no 1.º andar, havia um ano e pouco que tinha tido uma infiltração tal que a água jorrava para o rés-do-chão e tinha sido varrida à vassoura.

Além disso, as árvores tinham pernadas que podiam cair a qualquer momento. Estavam sempre com receio, não sabiam quando é que iam cair e em cima de quem. Tinham sido contactados, no dia 8 de julho, pela DGESTE, que os tinha informado que as obras estavam aprovadas, as obras de substituição das telhas de fibrocimento. Depois, em 14 de novembro, tinham recebido uma chamada a dizer que, afinal, não havia cabimento orçamental. Não sabiam quando é que as placas de fibrocimento – e só as placas de fibrocimento – iam ser retiradas. Já tinha contactado várias vezes o engenheiro responsável e a resposta que continuavam a ter era que não havia cabimento orçamental.

Tinham cerca de 900 alunos, mais de 100 professores, todos os assistentes operacionais, todas as pessoas que ali iam diariamente expostas a tudo aquilo e não podiam continuar assim. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Sebastião eram as únicas entidades que os apoiavam em pequenas coisas que conseguiam fazer com boa vontade, porque eram terra de ninguém, ninguém se responsabilizava por nada e só elas é que os tinham conseguido ajudar, mas aquilo ultrapassava o que conseguiam fazer. Agradeciam toda a ajuda que lhes pudessem dar, porque não havia outra forma de conseguirem dar melhor qualidade a toda a população escolar que estava naquela escola.

Sra. Presidente – Disse que, em relação ao Sr. Carlos Santana e à Cristina, no dia seguinte começaria a ligar para o ministro. Tinha que ser assim, para ser atendido com urgência. Estava ali a descrição deles, com as obras, e o vereador referia sempre isso, quando ia às reuniões fazer o acompanhamento. A partir do dia seguinte seria para o ministério, porque compreendiam que os orçamentos não esticavam, mas tinham que convencer o Sr. Ministro Centeno de que tinha que esticar. Tinha que ser se com um bocado mais de pressão para ver se a coisa acontecia e se os mínimos dos mínimos eram resolvidos.

Em relação ao Sr. Francisco Simões, quando as pessoas iam ali colocar uma questão, pensavam que os outros não sabiam a outra parte. Como era das mais velhas - só havia o Vereador Manuel Pisco, que tinha entrado ao mesmo tempo, mas tinha funções nos recursos humanos, não tinha tanta ligação com a rua -, tinha sido uma privilegiada. Tinha tido a Educação, a Cultura, o Desporto, que a faziam estar muito na rua, que era onde gostava de estar, e tinha conhecido muita coisa. Tinha sido uma privilegiada e, depois de ter tido essa responsabilidade, continuava a tocar essas responsabilidades todas, porque coordenava a equipa e tinha, também, o Turismo e o Urbanismo.

Se o pontão ficasse nas mãos do Sr. Francisco, se calhar podiam lá aportar as pessoas que faziam “paddle”, etc. Se autorizassem que o Sr. Francisco mantivesse aquela esplanada, não havia problema com os carros que tinham desaparecido do estacionamento. Aquele passadiço não ia sair de lá, não. Se saísse de lá ou se fosse vandalizado, ficavam com algumas indicações e algumas pistas. Sabia muito do que acontecia no Portinho da Arrábida.



O Sr. Francisco tinha tratado a Câmara Municipal com insinuações e com falta de seriedade e o contrário não era verdade. Tinha sido tratado muito bem pela Câmara Municipal, até tinha sido ajudado pela Câmara Municipal em relação à sua própria legalização, porque, como sabia, tinha-se legalizado sabia-se lá como, porque os outros não se tinham conseguido legalizar. O que era certo era que a sua legalização tinha aparecido, sabia-se lá como. O Sr. Francisco Simões que não quisesse que fossem saber como, mas ficava registado. O que era certo era que se tinha legalizado. Iam ver até quando, podia ser que decidissem, também, apurar.

Convinha que muitas afirmações, que muito destrato que o Sr. Francisco dava a altos funcionários da Câmara Municipal, não na patente, mas na consideração que eles mereciam por parte de toda a gente, especialmente dele, a quem eles já tinham apoiado muito e a quem tinham dado muita ajuda, a quem eles muito tinham ouvido, não mereciam que os destratassem e os achincalhasse nas costas e a frente, nem o executivo merecia isso, porque esse senhor tinha uma licença, sabia-se lá como.

Sabiam disso tudo e, independentemente disso, ia averiguar a limpeza, etc, que o Sr. Francisco e os outros colegas que lá estavam a trabalhar tinham direito e que os munícipes, ou não munícipes, as pessoas que iam àquele local tinham direito.

Portanto, o passadiço ia-se lá manter. A gestão dos barcos pela Associação da Baía, que o Sr. Francisco ali tinha insinuado por duas vezes, estava muito bem entregue. As poitas, em que gostariam de ter 2, 3 e 4 barcos e cada um pagava o seu valor e outros, como eram muito amigos, não pagavam nada, mas punham lá o barco na poita, com graves riscos para a segurança das pessoas que passavam no rio e que utilizavam aquelas praias, como o Sr. Francisco sabia. Agora, existiam os riscos, depois de lá terem investido 300 e tal mil euros naquele passadiço, que tinha custado dinheiro a todos os setubalenses, é que aqueles senhores achavam que havia dificuldade nos barcos, nas pranchas de "paddle", etc.

Os senhores tinham um barqueiro, que levava e trazia as pessoas de barcos mais possantes, para irem para o seu restaurante. Isso é que funcionava bem, mas tinha acabado. Atualmente, tínhamos um passadiço que tinha custado à Câmara Municipal e que o Sr. Francisco gostaria de ter explorado. Gostava de ter as poitas e aquela esplanada toda. Nada disso tinha sido possível e nada disso era possível. Eram investimentos públicos que tinham custado muito ao erário público e ia continuar a ser do erário público. Se calhar, tinha alguns erros, não dizia que não.

Ia investigar, ia reunir com os responsáveis da Casa da Baía, a excelente Associação da Baía, que tinha mais de 70 associados e o Sr. Francisco tinha insinuado algumas coisas. Tinha dito duas vezes, para ver se ficava bem registado, e estava a registar. Felizmente, era gerido pela Casa da Baía, pela Associação da Baía, não era gerido pelo Sr. Francisco. Tinha mais de 70 associados e o dinheiro ia para a gestão e promoção turística e benfeitorias das praias, etc. Estavam lá associados de grande peso, gente séria, entidades e empresas, investidores e empresários e empresas. Na Associação da Baía estava gente muito séria, a tal que geria aquilo, que geria as poitas e aquilo tudo e que não ficava com o dinheiro, porque era reinvestido, para a promoção turística e para o melhoramento das nossas praias, que já ia em mais de um milhão. Tinha feito uma ETAR, que era uma coisa que não existia. Devia era estar preocupado com a qualidade da areia das praias, para onde as pessoas faziam os dejetos, etc. Com isso é que devia estar preocupado. Eles é que tinham tratado disso e tinham feito a ETAR e outras coisas. O ICNF nunca tinha querido saber daquilo.

Em boa hora lhes tinham cedido aquilo. Eram eles que estavam a fazer o investimento. Era para onde iam esses dinheiros, não eram para o bolso de nenhum privado que não sabia se geria bem ou mal. Nunca tinham experimentado e ainda bem que não tinham experimentado, porque aquilo estava a ser bem gerido. Ia saber o que é que estava menos bem, porque não estava a dizer que estava tudo bem.

Era assim que aquilo funcionava, as pessoas punham os problemas e eles respondiam. Se o Sr. Francisco quisesse, no fim falavam os dois, para lhe dizer mais coisas que era melhor que as pessoas não soubessem, até para benefício dele.

Quanto ao Sr. Rucha, ia saber o que é que se tinha passado. Ia dar a palavra ao senhor vereador, que sabia melhor o que é que se tinha passado, porque estava a ouvir aquilo pela primeira vez. Com certeza que ia ser devolvido.

Queria só dar um esclarecimento. Felizmente, tinham muita gente que fazia doações ao Museu da Cidade e à Biblioteca. Tinham técnicos excelentes, que faziam o tratamento das peças e que as punham no espólio. Os espólios podiam ser visitados e as coisas que estavam no espólio não podiam estar todas à vista, não cabiam. Felizmente, já eram milhares de peças e não podiam estar à vista. Tinham um espaço de espólio na Bela Vista que era uma coisa enorme que estava toda catalogada e organizada. O nosso técnico Ricardo Pina era o responsável por esse espólio e sabia que era verdade o que estava a dizer. As coisas estavam todas catalogadas, estavam todas informadas. Portanto, se não estava lá essa peça um dia estaria, porque, de vez em quando, faziam mudança das peças. Não sabia onde é que ela estava, se estava, por exemplo, como tinha que ver com a fotografia, se estava na Casa do Américo Ribeiro. Tinham lá uma data de ampliadores e de máquinas antigas, umas que lhes tinham sido doadas por Américo Ribeiro, outras por outras pessoas que também trabalharam em fotografia.

As pessoas tinham que ter calma, não podiam fazer assim insinuações. Se tinha dado a peça, tinha que saber onde é que ela estava e tinham que lha mostrar. Se queria a devolução da peça, tinham que lha devolver. Se não tinha ido à reunião da Câmara tinha sido porque, antigamente, essas coisas não iam à reunião. Era feito um documento a dizer que tínhamos recebido, mas essas propostas não iam à reunião. Não tinha a certeza se há 6 anos já iam, ou não, mas também alguém se podia ter esquecido de fazer a proposta.

Ia saber nos serviços se se tinham esquecido de fazer a proposta ou se não ia a reunião da Câmara ou o que é que se tinha passado. O técnico Ricardo Pina, pelos vistos, também conhecia bem o assunto. Iam falar com ele, para ver onde é que estava esse equipamento e o que é que lhe tinha acontecido.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e dezasseis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

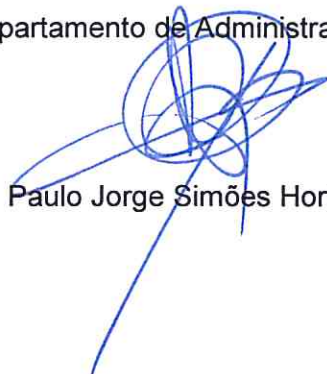
A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira



Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de março de 2020, por unanimidade, contém 25 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio